

ASA Sociedade de Crédito Direto S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024**

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Aos acionistas

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da ASA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. (“ASA SCD”) submete para apreciação o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, correspondentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

Atuação

A ASA SCD, Instituição Financeira de direito privado e capital fechado, recebeu em 19 de outubro de 2022 a autorização para funcionamento pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), sendo seus atos constitutivos homologados em 23 de novembro de 2022 pela Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP. Tem por objeto realizar empréstimos, financiamentos e aquisição de direitos creditórios, serviços de análise de crédito e de cobrança para terceiros, distribuição de seguro relacionado com as operações de crédito e financiamento por ela originadas, emissão de moeda eletrônica e emissão de instrumento de pagamento pós-pago.

Desempenho

A ASA SCD encerrou semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 com resultados de R\$ 14.769 (quatorze mil setecentos e sessenta e nove reais) e R\$ 21.082 (vinte e um mil e oitenta e dois reais), respectivamente. O resultado do exercício será destinado em Assembleia Geral Ordinária.

Eventos Significativos

Em 17 de setembro de 2024 o BACEN aprovou a transferência do controle societário para Alberto Joseph Safra.

Em 9 de outubro de 2024 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou aumento de capital de R\$ 35.000.000 (trinta e cinco milhões de reais), passando o capital social de R\$ 13.240.402 (treze milhões duzentos e quarenta mil e quatrocentos e dois mil) para R\$ 48.240.402 (quarenta e oito milhões duzentos e quarenta mil e quatrocentos e dois reais). Na data do ato foi integralizado o montante de R\$ 17.500.000 (dezessete milhões e quinhentos mil reais) em ações ordinárias. O referido ato societário aguarda a aprovação do Banco Central do Brasil (BACEN).

Agradecimentos

A Administração da ASA SCD, agradece aos clientes, fornecedores e colaboradores pela confiança depositada.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da ASA Sociedade de Crédito Direto S.A

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ASA Sociedade de Crédito Direto S.A (“ASA SCD”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ASA Sociedade de Crédito Direto S.A em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à ASA SCD, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo naquela data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 31 de janeiro de 2024, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da ASA SCD é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a ASA SCD continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a ASA SCD ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da ASA SCD.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da ASA SCD. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a ASA SCD a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP


João Paulo Dal Poz Aiouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

ASA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	<u>Notas</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>		<u>Notas</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante		59.211.251	8.324.902	Circulante		29.414.497	9.333
Caixa e equivalentes de caixa	4	33.702.571	8.503	Depósitos	8	28.947.443	-
Disponibilidades		11.703.288	8.503				
Aplicações interfinanceiras de liquidez		21.999.283	-	Outras obrigações		467.054	9.333
Instrumentos financeiros	5	25.235.460	8.316.188	Cobrança e arrecadação de tributos		19	-
Títulos e valores mobiliários		25.235.460	8.316.188	Fiscais e previdenciárias		45.707	9.333
				Diversas	9	421.328	-
Operações de crédito		1.598	-	Patrimônio líquido	11	30.836.651	8.315.569
Operações de crédito		1.610	-	Capital social		30.740.402	8.240.402
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(12)	-	Reservas de lucros		96.249	75.167
Outros créditos		271.622	211				
Ativo fiscal corrente		28.731	-				
Impostos a compensar e a recuperar		-	211				
Diversos	6	242.891	-				
Não Circulante		1.039.897	-				
Outros créditos		13.228	-				
Ativo fiscal diferido		13.228	-				
Intangível	7	1.026.669	-				
TOTAL DO ATIVO		60.251.148	8.324.902	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		60.251.148	8.324.902

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

ASA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em reais)

	Notas	2º Semestre	Exercício	
		2024	2024	2023
Receitas de intermediação financeira		1.574.490	2.008.707	963.157
Operações de crédito		1.012	1.020	283.353
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	1.573.477	2.007.687	679.804
Despesas de intermediação financeira		(2.180)	(2.192)	0
Despesas de juros e similares		(1.614)	(1.625)	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(566)	(566)	-
Resultado bruto de intermediação financeira		1.572.310	2.006.515	963.157
Outras receitas (despesas) operacionais		(1.568.191)	(1.995.200)	(850.794)
Receita de prestação de serviços	12	221.002	221.025	-
Despesas administrativas	13	(1.109.296)	(1.488.298)	(806.011)
Despesas tributárias	14	(102.481)	(150.554)	(48.728)
Outras receitas (despesas) operacionais	15	(577.416)	(577.373)	3.945
Resultado antes da tributação sobre o lucro		4.119	11.315	112.363
Imposto de renda e contribuição social	17	10.649	9.767	(38.485)
Impostos correntes		498	(3.461)	(38.485)
Impostos diferidos		10.151	13.228	-
Lucro líquido do período		14.768	21.082	73.878
Quantidade de ações		50.525.977	50.525.977	9.660.977
Lucro líquido por ação (em reais)		0,0003	0,0004	0,0076

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

ASA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em reais)

	<u>2º Semestre 2024</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do período	14.768	21.082	73.878
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Efeitos relacionados aos resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do período	<u>14.768</u>	<u>21.082</u>	<u>73.878</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

ASA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em reais)

	Capital Social	Aumento de Capital	Capital a Realizar	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
				Legal	Especial		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.504.412	735.990,00	-	64	1.225	-	3.241.691
Aprovação de aumento de capital	735.990	(735.990)	-	-	-	-	-
Aumento de capital	-	10.000.000	(5.000.000)	-	-	-	5.000.000
Aprovação de aumento de capital	10.000.000	(10.000.000)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	73.878	73.878
Constituição de reserva legal	-	-	-	3.694	-	(3.694)	-
Transferência do lucro líquido do exercício	-	-	-	-	70.184	(70.184)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	13.240.402	-	(5.000.000)	3.758	71.409	-	8.315.569
Integralização de aumento de capital	-	-	5.000.000	-	-	-	5.000.000
Aumento de capital - AGE 09/10/24	-	35.000.000	(17.500.000)	-	-	-	17.500.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	21.082	21.082
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.054	-	(1.054)	-
Transferência do lucro líquido do exercício	-	-	-	-	20.028	(20.028)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	13.240.402	35.000.000	(17.500.000)	4.812	91.437	-	30.836.651
Saldo em 30 de junho de 2024	13.240.402	-	-	4.074	71.409	5.998	13.321.883
Aumento de capital	-	35.000.000	(17.500.000)	-	-	-	17.500.000
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	14.768	14.768
Constituição de reserva legal	-	-	-	738	-	(738)	-
Transferência do lucro líquido do semestre	-	-	-	-	20.028	(20.028)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	13.240.402	35.000.000	(17.500.000)	4.812	91.437	-	30.836.651

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

ASA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em reais)

	2º Semestre	Exercício	
	2024	2024	2023
Das atividades operacionais			
Lucro líquido do período	14.768	21.082	73.878
Ajustes ao Resultado			
Provisão para perda estimada associada ao risco de crédito	566	566	-
Ativos fiscais diferidos	(10.151)	(13.228)	-
Depreciações e amortizações	67.014	67.360	-
Lucro (Prejuízo) do período ajustado	72.197	75.780	73.878
Variações em ativos e passivos			
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(17.263.194)	(16.919.272)	(5.448.284)
(Aumento) redução em operações de crédito	(1.610)	(1.610)	-
(Aumento) redução em outros créditos	(243.931)	(271.966)	72.957
(Aumento) redução de outros valores e bens	270.000	-	-
Aumento (redução) em depósitos	28.871.503	28.947.443	-
Aumento (redução) em outras obrigações	395.593	489.877	47.147
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(32.154)	(38.485)
Caixa líquido proveniente/aplicado nas atividades operacionais	12.100.558	12.288.098	(5.292.787)
Das atividades de investimentos			
Adição de intangível	(1.055.030)	(1.094.030)	-
Caixa líquido aplicado (gerado) em atividades de investimentos	(1.055.030)	(1.094.030)	-
Das atividades de financiamentos			
Integralização de capital social	-	5.000.000	5.000.000
Aumento de capital social	17.500.000	17.500.000	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	17.500.000	22.500.000	5.000.000
Variação de caixa e equivalentes de caixa	28.545.528	33.694.068	(292.787)
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5.157.043	8.503	301.290
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	33.702.571	33.702.571	8.503
Variação de caixa e equivalentes de caixa	28.545.528	33.694.068	(292.787)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em Reais)

1 Contexto operacional

Contexto operacional

A Asa Sociedade de Crédito Direto S.A. (“ASA SCD”), antiga Embracred S.A. Sociedade de Crédito Direto, foi constituída em 25 de outubro de 2021 e teve a autorização de funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) em 19 de outubro de 2022. Iniciou suas atividades operacionais a partir de 23 de novembro de 2022, quando da efetiva homologação de seus atos constitutivos na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP.

Em 17 de setembro de 2024 o BACEN aprovou a transferência do controle societário para Alberto Joseph Safra.

A ASA SCD tem por objeto realização de empréstimos, de financiamentos e aquisição de direitos creditórios, serviços de análise de crédito e de cobrança para terceiros, distribuição de seguro relacionado com as operações de crédito e financiamento por ela originadas, emissão de moeda eletrônica e emissão de instrumento de pagamento pós-pago.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.041/09, em consonância com as normas estabelecidas pelo BACEN, pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”), e consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Nacional (“COSIF”).

Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, a ASA SCD considerou o disposto na Resolução nº 4.818 do CMN de 29 de maio de 2020 e alterações posteriores dispostas na Resolução nº 2 do BACEN de 12 de agosto de 2020.

As demonstrações financeiras da ASA SCD foram aprovadas pela Administração em 28 de fevereiro de 2025.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da ASA SCD, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras envolve a aplicação de julgamentos, estimativas e premissas por parte da Administração, influenciando as políticas contábeis adotadas e os valores relatados para ativos, passivos, receitas e despesas. É importante ressaltar que os resultados reais podem variar em relação a essas estimativas, as quais são constantemente revisadas.

3 Principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa são representados por disponibilidades em depósitos bancários, reservas e aplicações interfinanceiras de liquidez de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor justo e vencimentos, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

b. Títulos e valores mobiliários

Os Títulos e Valores Mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da empresa, em três categorias distintas, conforme Circular BACEN n.º 3.068/2001:

Títulos para negociação - São aqueles que são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda – São aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais somente serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

Títulos mantidos até o vencimento – São aqueles que são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A ASA SCD classifica sua aplicação em títulos e valores mobiliários na categoria “títulos para negociação”, conforme Instrução Normativa BCB nº 268/2022.

c. Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

De acordo com a Resolução CMN nº 5.050/22 a sociedade de crédito direto é uma instituição financeira que tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio. A Companhia origina operações de crédito na modalidade Cédula de Crédito Bancário (“CCB”).

As operações de crédito devem ser classificadas considerando o nível de risco estabelecido pela administração, observando os parâmetros determinados pela Resolução CMN nº 2.682/89, que requer a análise periódica da carteira e da classificação de nível de “AA” (risco mínimo) a “H” (risco máximo), considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso das operações e análise da administração quanto ao nível do risco.

A atualização das operações de crédito vencidas até 59 dias é contabilizada em receitas e, a partir de 60 dias de atraso, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, por no mínimo, cinco anos. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito baixadas contra a provisão e controladas em conta de compensação como “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, atendidas às normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99

A ASA SCD realiza cessão de suas operações de crédito, sendo substancialmente cedidas no mesmo dia em que são originadas. Tais cessões são classificadas como operações com transferência substancial dos riscos e benefícios. De acordo com a Resolução do CMN nº 3.533/08, nas vendas ou transferências de ativos financeiros classificadas na categoria “com transferência substancial dos riscos e benefícios”, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve ser baixado, e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada.

d. Intangível

Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. Podem ser decorrentes de aquisições de licenças e desenvolvimento de *software*. Esses ativos são reconhecidos pelo custo.

Amortização

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis definidas para cada item do intangível.

e. Redução do valor recuperável (*impairment*)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

f. Depósitos

Correspondem aos valores de depósitos realizados por clientes na modalidade de conta de pagamento pré-paga, os quais estão disponíveis para saque imediato sem incidência de qualquer tipo de remuneração.

g. Provisões ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Técnicos, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando for praticamente certo que os benefícios econômicos serão recebidos, o que geralmente corresponde a processos com decisões favoráveis, em julgamentos finais para os quais não caibam mais recursos.

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de um acontecimento passado, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, os passivos contingentes avaliados com risco de perda possível são somente divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes avaliados com risco de perda remoto não requerem provisão e divulgação.

h. Outros ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização e ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata dia”, e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

i. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando o critério “pro rata dia” para as de natureza financeira. As rendas e os encargos são apropriados em razão da fluência de seus prazos.

j. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240 mil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação vigente. A contribuição social apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor é calculada à alíquota de 9%.

Os ativos fiscais diferidos foram constituídos de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução do CMN nº 4.842/20, a alíquota de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido, calculados com base nas diferenças temporárias, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, se aplicável e quando provável a realização com lucros tributáveis futuros.

k. Resultado não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que não esteja relacionado ou seja relacionado com as atividades atípicas da instituição financeira e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos bancários	149.897	8.503
Reservas – Banco Central (ii)	11.553.391	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i) (ii)	21.999.283	-
	33.702.571	8.503

(i) Refere-se a operações compromissadas com lastro em NTN-B e vencimento em 02/01/2025.

(ii) Referem-se substancialmente a saldos vinculados ao depósito de moeda eletrônica e pagamento instantâneo.

5 Instrumentos financeiros – Títulos e valores mobiliários

a) Composição da carteira por categoria e prazo

Títulos para negociação	31/12/2024				31/12/2023
	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de mercado
Livres	-	71.624	71.624	71.624	8.316.188
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	8.316.188
Certificados de depósito bancário	-	71.624	71.624	71.624	-
Vinculados ao banco central	-	17.886.386	17.916.401	17.886.386	-
Letras financeiras do tesouro	-	17.886.386	17.916.401	17.886.386	-
Vinculados à prestação de garantias	7.277.450	-	7.285.775	7.277.450	-
Letras financeiras do tesouro	7.277.450	-	7.285.775	7.277.450	-
	7.277.450	17.958.010	25.273.800	25.235.460	8.316.188

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2º semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários	774.493	1.178.434	679.804
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	798.984	829.253	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	1.573.477	2.007.687	679.804

6 Outros créditos - Diversos

	31/12/2024
Operações de cartão de crédito a processar	113.326
Operações com cartão de crédito a receber	108.058
Outros	21.506
	242.891
Circulante	242.891

7 Intangível

	31/12/2023	Adições/ Baixas	Amortização	31/12/2024
Custo de aquisição (i)	-	1.094.030	-	1.094.030
Amortização acumulada	-	-	(67.360)	(67.360)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	1.094.030	(67.360)	1.026.669

(i) Refere-se a softwares adquiridos/desenvolvidos por empresas especializadas, com taxa de depreciação de 20% a.a.

8 Depósitos

A operação de moeda eletrônica teve início em 2024, o saldo em conta de pagamento pré-paga totaliza R\$ 28.947.443 em 31 de dezembro de 2024.

9 Outras obrigações - Diversos

	31/12/2024
Operações relacionadas a cartões de crédito	227.845
Provisão para pagamentos a efetuar	98.536
Valores a repassar	60.000
Outros	34.947
	421.328
Circulante	421.328

10 Provisões e passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há provisão ou passivos contingentes classificados com risco de perda provável e possível.

11 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de março de 2023 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou aumento de R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais), passando o capital social de R\$ 3.240.402 (três milhões duzentos e quarenta mil e quatrocentos e dois reais) para R\$ 13.240.402 (treze milhões duzentos e quarenta mil e quatrocentos e dois reais), mediante emissão de 9.970.000 ações ordinárias nominativas com direito a voto, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada ação, e de 1.760.000 ações preferenciais nominativas sem direito a voto, no valor de R\$ 0,017045 por ação, totalizando 11.730.000 ações. Os acionistas integralizaram 50% no 1º semestre de 2023 e 50% no 1º semestre de 2024. O referido ato societário foi aprovado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de junho de 2023.

Em 9 de outubro de 2024 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou aumento de capital de R\$ 35.000.000 (trinta e cinco milhões de reais), passando o capital social de R\$ 13.240.402 (treze milhões duzentos e quarenta mil e quatrocentos e dois mil) para R\$ 48.240.402 (quarenta e oito milhões duzentos e quarenta mil e quatrocentos e dois reais), mediante emissão de 48.196.588 ações ordinárias nominativas com direito a voto, no valor de R\$ 1,00 (um real), e de 2.329.389 ações preferenciais nominativas, sem direito a voto, todas sem valor nominal, no valor de R\$ 0,018809, totalizando 50.525.977 ações. Na data do ato foi integralizado o montante de R\$ 17.500.000 (dezesete milhões e quinhentos mil reais) em ações ordinárias, com vinculação de títulos públicos. O referido ato societário aguarda a aprovação do Banco Central do Brasil (BACEN).

b) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à base de 5% do lucro líquido, até atingir 20% do capital social realizado. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo é de R\$ 4.812 (R\$ 3.758 em 31 de dezembro de 2023). O saldo remanescente é destinado a reserva especial de lucros, ficando à disposição da Assembleia Geral.

12 Receita de prestação de serviços

	2º semestre 2024	31/12/2024
Rendas com tarifas de operações de crédito	135.762	135.762
Rendas de cobrança	57.088	57.110
Rendas com tarifas bancárias	25.396	25.396
Outros	2.757	2.757
	221.002	221.025

13 Despesas administrativas

	2º semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Serviços técnicos especializados (i)	(346.327)	(434.556)	(145.218)
Processamento de dados	(266.753)	(366.040)	(609.946)
Serviços de terceiros (ii)	(234.679)	(234.679)	(1.032)
Comunicações	(62.494)	(107.792)	-
Auditoria	(62.435)	(72.978)	(21.877)
Amortização	(67.014)	(67.360)	-
Aluguel	(16.104)	(29.972)	-
Serviços do sistema financeiro	(5.812)	(14.183)	(11.236)
Outros (iii)	(47.677)	(160.738)	(16.702)
	(1.109.296)	(1.488.298)	(806.011)

- (i) No exercício de 2024 inclui serviços de consultoria no montante de R\$ 219.773 (2º semestre de 2024 – R\$ 219.773) e de certificação no montante de R\$ 78.946 (2º semestre de 2024 – R\$ 11.641).
- (ii) No exercício e 2º semestre de 2024 inclui serviços gráficos no montante de R\$ 170.436 e suporte técnico no montante de R\$ 64.243.
- (iii) No exercício de 2024 inclui valores referentes à alocação de recursos para garantir a continuidade das atividades administrativas da ASA SCD até a transferência do controle acionário no montante de R\$ 157.965 (2º semestre de 2024 – R\$ 45.903).

14 Despesas tributárias

	2º semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Cofins	(78.721)	(96.452)	(38.526)
Pis	(12.792)	(15.674)	(6.261)
ISS	(10.968)	(10.968)	-
Outros (i)	-	(27.460)	(3.941)
	(102.481)	(150.554)	(48.728)

(i) No exercício de 2024 inclui impostos sobre operações de câmbio para pagamento de serviços contratados junto a empresas estrangeiras no montante de R\$ 22.975.

15 Outras receitas (despesas) operacionais

	2º semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Operações de crédito (i)	119.180	119.180	-
Processamento de transações de pagamento (ii)	(696.469)	(696.469)	-
Outros	(126)	(83)	3.945
	(577.416)	(577.373)	3.945

(i) Refere-se à receita reconhecida com a cessão de operações de crédito.

(ii) No exercício e 2º semestre de 2024 inclui despesas diretamente atribuíveis ao processo operacional de pagamento das transações com cartões.

16 Partes relacionadas

A ASA Sociedade de Crédito Direto S.A. e partes relacionadas, incluindo pessoal chave da administração, possui operações de depósitos de moeda eletrônica, cujos saldos estão apresentados abaixo:

Depósitos	31/12/2024
Outras Partes Relacionadas	4.450.275
Controladores e Pessoal Chave da Administração	761.175
Total	5.211.450

17 Imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes da tributação sobre o lucro	4.119	11.315	112.363
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(989)	(2.716)	(34.833)
Efeito no cálculo dos tributos:			
Marcação a mercado	(7.030)	(9.202)	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(136)	(136)	-
Outros valores	8.652	8.592	(3.652)
Imposto de renda e contribuição social corrente do período	498	(3.461)	(38.485)
Adições (exclusões) temporárias	29.858	38.906	-
Base de cálculo IRPJ e CSLL diferidos	29.858	38.906	-
Imposto de renda diferido	7.465	9.727	-
Contribuição social diferida	2.686	3.502	-
Impostos diferidos do período	10.151	13.228	-
Imposto de renda e contribuição social	10.649	9.767	(38.485)

Todos os créditos tributários foram devidamente ativados.

18 Outras informações

a) Resultado não recorrente

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram identificados resultados classificados como não recorrentes.

b) Gerenciamento de riscos

Limite operacional

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN deve manter o valor do Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos de sua atividade. A ASA SCD está enquadrada no segmento S5, optante pelo regime prudencial simplificado, e adota a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5) definido na resolução CMN nº 4.606/17.

Risco de crédito

O gerenciamento é realizado aplicando-se a política de crédito para monitorar os limites operacionais. A ASA SCD aplica modelos estatísticos, análises quantitativas e informações de seus clientes para determinar a classificação de risco. Com base nas informações apuradas é feito o gerenciamento do risco de crédito da carteira e calculada a provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo revisada periodicamente.

Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Na definição de risco de mercado incluem-se os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e preços de mercadorias. A ASA SCD está sujeita somente ao risco das operações inerentes a taxa de juros. Os procedimentos e políticas adotadas estão em conformidade com as disposições regulamentares e são reavaliadas periodicamente.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de uma instituição não ser capaz de honrar suas obrigações correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas além da ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis que podem afetar a capacidade de pagamento. A ASA SCD administra o risco de liquidez mantendo reservas de caixa, monitorando os fluxos de caixa realizados versus orçados. Além disso, equilibra o vencimento de seus ativos e passivos financeiros para garantir que possua recursos suficientes para honrar suas obrigações e atender as suas necessidades operacionais.

Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A ASA SCD possui controles, fluxos para lançamentos de novos produtos e para mudanças significativas nos processos existentes. Adicionalmente, há procedimento para identificar, monitorar, avaliar, mensurar e reportar eventos de risco operacional, incluindo aqueles relacionados a fraudes internas ou externas.

c) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.966/21 (alterada pelas resoluções CMN nº 5.100/24 e nº 5.146/24) com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, com exceção da contabilidade de hedge que entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027 – Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A ASA SCD, atualmente enquadrada no Segmento 5 (S5), não identificou impactos relevantes sobre os respectivos resultado e posição financeira com a implementação da regulação contábil estabelecida pela referida resolução.

19 Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024.

* * *

William de Almeida
Contador CRC 1SP 207772/O-9

Eduardo Sosa
Diretor